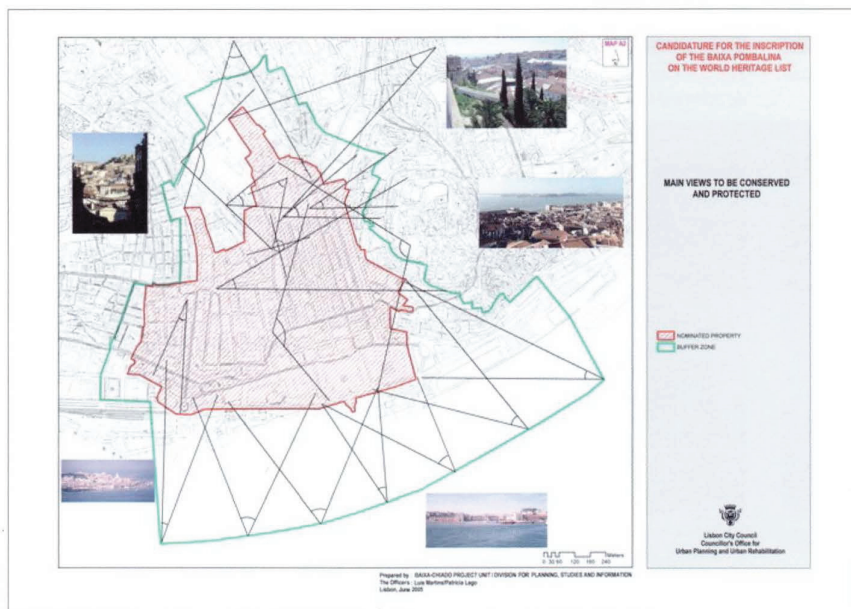


Conflito de escalas e salvaguarda da paisagem urbana histórica



O conflito de escalas constitui um desafio frequente sempre que se trata de integrar intervenções ou arquiteturas contemporâneas no tecido e na envolvente paisagística de um centro histórico ou de um monumento.

Para a resolução desta problemática é útil recordar, pela sua actualidade e importância metodológica, a adopção da Declaração para a Conservação de Paisagens Urbanas Históricas por parte do Comité Mundial do Património, em Setembro de 2005.

Esta Declaração resultou do Memorando de Viena obtido com a Conferência de 12-14 de Maio de 2005, intitulada "World Heritage and Contemporary Architecture - Managing the Historic Urban Landscape", que reuniu 600 peritos e profissionais de 55 países e na qual tive oportunidade de participar em representação da Câmara Municipal de Lisboa.

O documento surgiu para conciliar arquitectura e intervenções con-

temporâneas com desenvolvimento urbano sustentável e a integridade não só de cada um dos edifícios como também da paisagem constituente e envolvente no seu contexto histórico e urbanístico. Uma integração imposta pelo alargamento do conceito de património cultural ao reconhecimento da coexistência humana com a terra e a sociedade. Por outras palavras, era necessário definir um critério que incorporasse o conhecimento e o respeito pela "história, cultura, arquitectura, sentido e carácter do lugar".

A paisagem urbana histórica aparece pois como testemunho de um planeamento territorial ao longo de um período de tempo relevante que se reflecte em valores económicos e culturais próprios de uma determinada sociedade. Por isso a sua salvaguarda pode garantir a identidade e a coesão social em processos de criação arquitectónica ou em intervenções em centros históricos.

Em termos práticos este conceito implica uma visão da cidade como um todo e simultaneamente o respeito pelos perfis das linhas de cumeeiras, dos eixos visuais, das relações de escala, do uso dos solos, da organização espacial, das perspectivas, da topografia, da vegetação e de infra-estruturas tais como pavimentos, sistemas de drenagem ou iluminação. Exigências que devem guiar a elaboração de um estudo de impacto cultural e visual sempre que se pretenda avançar com uma intervenção contemporânea. Um instrumento mais a integrar o plano de gestão de um centro histórico.

Com a dita Declaração, o conceito de conservação da paisagem urbana histórica passou a constituir um critério adicional indispensável à classificação de um sítio ou objecto monumental na Lista do Património Mundial.

Este critério de salvaguarda foi aplicado pela primeira vez em Portugal na elaboração do *dossier* de candidatura da Baixa Pombalina a Património Mundial, pré-avaliado favoravelmente pelo Comité Mundial do Património no final de 2005.

Na prática, este critério foi introduzido nas directivas a adoptar na elaboração do plano de gestão e na identificação das vistas e perspectivas que importa preservar para garantir a conservação da imagem histórica da Baixa (ver figura). Imagens que ao longo do tempo foram plasmadas iconograficamente e que de forma consolidada identificaram e identificam inequivocamente esse sítio histórico. Em particular, as vistas a partir do rio ou as obtidas a partir das colinas envolventes.

JOÃO MASCARENHAS MATEUS,
Dr. Eng.º Civil, MSc Arquitectura